

## GLOBO, O

Jornal carioca inicialmente vespertino, mais tarde matutino, fundado por Irineu Marinho em 29 de julho de 1925.

### LANÇAMENTO

Após deixar a direção de *A Noite*, no início de 1925, Irineu Marinho viajou para a Europa, onde permaneceu algum tempo. Ao voltar ao Brasil, uniu-se a Herbert Moses e a Justo de Moraes para fundar um jornal que “renovasse os padrões dominantes na imprensa carioca”. O nome da nova folha — *O Globo* — foi proposto pelo jornalista Elói Pontes e consagrado através de concurso popular.

Em seu primeiro número, *O Globo* traçava as diretrizes pelas quais pretendia pautar sua atuação. Irineu Marinho destacou “o dever ineludível em que nos vimos de continuar a consagrar-nos, tanto quanto nos consinta a nossa reduzida capacidade, à defesa das causas populares que nos empolgaram e nos dominam há bem mais de duas décadas”. O novo jornal declarava-se ainda totalmente independente, na medida em que não desejava a intervenção de nenhuma força externa a seus próprios quadros: isento de “afinidade com governos”, livre de “interesses conjugados com os de qualquer empresa”, o jornal tampouco se ligaria “a grupos capitalistas ou a plutocratas isolados”.

Fundado no fim do governo Artur Bernardes, *O Globo* preocupou-se em seus primeiros números em demonstrar interesse por questões populares. O jornal defendia o aumento nos vencimentos do funcionalismo público, combatia a carestia, criticava o abandono em que se encontravam certas ruas da cidade e acompanhava passo a passo as ações da Central do Brasil e da Light. Segundo o próprio jornal, as “entidades que exploravam os serviços públicos viviam sob a mira fiscalizadora de *O Globo*”.

Paralelamente à defesa dos interesses de ordem popular, *O Globo* logo iniciou uma campanha em favor de Henry Ford, “o grande industrial arquimilionário norte-americano” que viera ao Brasil investir capital com vistas ao restabelecimento da antiga escala de produção de borracha da Amazônia. Segundo o jornal, Henry Ford viera ao Brasil “para combater o preço extorsivo da borracha”, cujo mercado estava predominantemente em mãos inglesas. Desde o início, portanto, o jornal mostrou-se favorável ao ingresso do capital estrangeiro — sobretudo norte-americano — no país. Além disso, defendeu a

importação de automóveis, que crescia vertiginosamente, considerando-a sinônimo de progresso.

Vinte e um dias depois da fundação de *O Globo*, entretanto, Irineu Marinho morreu. Francisca Marinho, sua viúva, tornou-se a principal proprietária do periódico e entregou sua direção ao secretário do jornal, Euricles de Matos. Na parte administrativa permaneceram Herbert Moses, como diretor-tesoureiro, e Antônio Leal da Costa, como gerente.

No período que se seguiu, *O Globo* foi contra a candidatura de Washington Luís à presidência da República e mostrou-se simpático aos tenentes e à Coluna Prestes.

### A REVOLUÇÃO DE 1930

Em 1929, ao se iniciarem os debates em torno da sucessão de Washington Luís na presidência da República, o compromisso estabelecido entre as oligarquias mineira e paulista relativo à alternância de representantes no Catete foi rompido. Washington Luís, eleito pelo Partido Republicano Paulista, indicou para seu sucessor outro paulista, Júlio Prestes, frustrando assim as esperanças dos mineiros. Contra a candidatura oficial, e procurando em última análise romper a hegemonia paulista sobre os demais estados da União, articularam-se Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, formando a Aliança Liberal. A frente oposicionista lançou as candidaturas de Getúlio Vargas à presidência e de João Pessoa à vice-presidência da República.

*O Globo*, que, num segundo momento, passara a mostrar reservas em relação ao movimento tenentista, assumiu de início posição reticente diante dos princípios aliancistas. À medida que a Aliança Liberal adquiriu expressão nacional, contudo, o jornal se aproximou de seus postulados. A despeito da afirmação contida na edição comemorativa do 30º aniversário do jornal, de que desde o início a candidatura liberal teria sido aceita sem ressalvas, Ricardo Marinho afirma que *O Globo* apoiou a candidatura Vargas apenas em sua fase final.

Após a vitória de Júlio Prestes nas eleições de 1º de março de 1930, *O Globo* manifestou decidida oposição à degola das bancadas mineira e paraibana eleitas para a Câmara e não reconhecidas pela Comissão de Verificação de Poderes. Em julho, o jornal denunciou o assassinato de João Pessoa como um ato ordenado pelo governo federal. Considerou também como ato intervencionista a subsequente concentração de tropas federais em

Princesa, hoje Princesa Isabel, na Paraíba, a pretexto de controlar a situação.

A eclosão da Revolução de 1930 a 3 de outubro não foi noticiada pelo jornal: a partir de 4 de outubro, a imprensa foi submetida à censura na capital federal. Nesse dia, o editorial de *O Globo* condenou moderadamente as medidas tomadas pela polícia em relação a alguns jornais cariocas, cujos diretores foram presos. Dizia o texto: “As notícias relativas às perturbações da ordem, que circularam desde ontem, puseram em movimento as autoridades. Nada mais justo e natural do que as providências e cautelas do governo, uma vez que há motivos para tanto. Aconteceu, porém, que a polícia, pelos seus agentes, achou que podia e devia prender diversos colegas que dirigem o *Diário Carioca*, *O Jornal* e *A Batalha*, levando a sua ação até mesmo aos extremos de deter os auxiliares das oficinas daqueles jornais. Hoje de manhã nenhum deles circulou. Cogita-se de uma arbitrariedade que, até virem esclarecimentos, dispensa demonstrações. O chefe de polícia tem recomendado aos jornais que evitem notícias alarmantes. Nada mais alarmante do que o ato da polícia, detendo todos os que trabalham naqueles jornais, conduzindo-os de cambulhada e pondo-os sob custódia, como se eles tivessem cometido delito.”

Por fim, com a deposição de Washington Luís, em 24 de outubro, e a consequente formação da junta militar composta pelos generais Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha, *O Globo* declarou em editorial que “a ação das forças pacificadoras da guarnição militar da capital da República consagrou na manhã de hoje, desoprimindo a população atormentada, a vitória da revolução que empolgou o país de Norte a Sul”.

### O PÓS-1930

O apoio de *O Globo* à Revolução de 1930 jamais foi irrestrito. Segundo a edição comemorativa de 1955, o jornal “não se deixou contagiar pelos que viram na revolução o remédio eficaz para os problemas nacionais”. No período seguinte, segundo a mesma fonte, o jornal teria defendido a aceleração do processo de redemocratização, colaborando dessa forma “para que a nova ordem de coisas produzisse seus frutos”. Os editoriais da época procuravam alertar a opinião pública para a necessidade da “restauração do clima constitucional”, através da eleição de uma assembleia constituinte. As principais críticas ao governo provisório visavam a extrema arbitrariedade dos interventores. Euricles de Matos,

que se mantinha à frente do jornal, se teria gradualmente afastado da situação, “como defensor da ordem jurídica”.

Entretanto, em 5 de maio de 1931, morreu o segundo diretor de *O Globo*. Três dias depois Roberto Marinho, filho mais velho de Irineu Marinho, passou a dirigir o jornal, sendo mais tarde assessorado por seus irmãos Rogério e Ricardo Marinho.

Segundo o próprio jornal, decorrido o primeiro ano do governo provisório, faltava um programa aos revolucionários: “Nas incertezas deste primeiro ano escoado com as inquietações financeiras, com as dívidas políticas e com as impaciências, o novo regime precisa firmar os seus objetivos.” Em junho de 1932, *O Globo* considerou como fato da maior gravidade a deposição do general Leite de Castro da pasta da Guerra: “A nação não pode mais transigir com os caprichos do governo.” Em 11 de julho do mesmo ano, noticiou a eclosão de um “movimento armado contra o Governo Provisório”, em São Paulo, chefiado pelo general Isidoro Dias Lopes. A chamada Revolução Constitucionalista de São Paulo foi amplamente noticiada pelo jornal, que realizou cobertura completa dos dois lados da luta através de correspondentes. Procurando rebater o argumento do governo de que se tratava de um movimento separatista, o jornal publicou editoriais tentando mostrar que os revoltosos visavam apenas a reconstitucionalização do país.

Por fim, após terem sido realizadas as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933, e ter sido promulgada a Constituição em 16 de julho de 1934, *O Globo* afirmou que estava “extinto o regime discricionário”.

Segundo Ricardo Marinho, entretanto, o jornal não se teria manifestado expressamente a favor da Constituição de 1934, que permitira a Getúlio Vargas eleger-se presidente indiretamente. Fazendo na ocasião um balanço dos anos decorridos desde a revolução, o jornal concluía em editorial que, apesar de o chefe do governo provisório ter tido à sua disposição todas as forças imagináveis, não lograra “resolver um só dos problemas nacionais”, bastando “lembrar apenas que, a despeito de todas as fiscalizações, métodos e estatísticas das finanças públicas, não tivemos nenhuma vez orçamentos em dia, não soube nunca o país quanto nem como se gastou, nem quais os créditos abertos”. O “único orgulho da revolução foi o de dizer que não fez empréstimos sem ter a coragem de confessar que não os fez porque não teve crédito em nenhum mercado monetário, como foi a sua única e exclusiva vaidade a de reduzir, negar ou discutir parte de suas dívidas com o estrangeiro ou

explorar, na aquisição de títulos, a cuja margem se realizaram as mais tristes negociações, o próprio descrédito nacional”.

Em 1935, as forças oposicionistas mais radicais concentraram-se de um lado na Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento lançado em março de 1935, que abrigava propostas anti-imperialistas e contrárias à concentração da propriedade territorial, e, de outro, na Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento liderado por Plínio Salgado que encampava os princípios sindical-corporativistas. *O Globo* mostrou-se radicalmente contrário a ambas as tendências, considerando-as de cunho extremista e “perigosas ao funcionamento da democracia”.

A decretação, em abril de 1935, da Lei de Segurança Nacional, instrumento de poder do Estado contra a oposição radical representada pela ANL e pela AIB, foi nesse sentido aceita pelo jornal. Segundo depoimento de Ricardo Marinho, contudo, *O Globo* teria feito algumas restrições, na medida em que a nova lei não faria mais do que fortalecer Getúlio Vargas. A posição contrária à lei, ainda que não expressa com clareza, transparecia mais nas omissões cometidas nos editoriais. Por sua vez, a dissolução da ANL, em julho de 1935, foi considerada por *O Globo* como o desfecho de uma das mais ruidosas campanhas em que o próprio jornal se empenhara desde a sua fundação. E, uma vez fechada a ANL, o jornal comprometeu-se a não poupar esforços “no combate aos extremismos verde e vermelho”.

A deflagração da Revolta Comunista no Nordeste em novembro de 1935 foi noticiada por *O Globo* na edição no dia 25, que deu especial atenção aos eventos ocorridos em Olinda e Natal. Dois dias depois, a rebelião eclodiu no Rio de Janeiro, através do levante do 3º Regimento de Infantaria, sediado na Praia Vermelha, e de uma companhia de Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos. *O Globo* cobriu amplamente o acontecimento, tirando sucessivas edições à medida que seu corpo de repórteres, enviado para diversos pontos nas vizinhanças da Praia Vermelha, obtinha novas informações. O levante foi sufocado ainda em 27 de novembro e no dia seguinte *O Globo* declarava em editorial que “sobre as cabeças de seus criminosos” cairiam as “maldições da sociedade brasileira”.

Após o colapso do levante, Roberto Marinho recomendaria diariamente a seus repórteres vigilância aos comunistas e integralistas. As perseguições desencadeadas pelo governo contra os comunistas foram do inteiro agrado do jornal, para quem “o combate à ideologia

vermelha com seu rosário de inconveniências para um povo da nossa formação moral e religiosa continuava como um dos objetivos mais sérios”. O jornal procuraria “advertir as autoridades quanto aos perigos que o comunismo representava”.

Em 1937, estando próximo o fim do mandato de Getúlio Vargas e iniciando-se os debates em torno da sucessão presidencial, *O Globo* apoiou a candidatura de Armando de Sales Oliveira, que concorria contra o candidato oficial, José Américo de Almeida. Armando Sales seria “o candidato das correntes democráticas nacionais”, portador de uma “mensagem progressista mais elevada”, em contraposição aos “traços demagógicos” de José Américo.

### O ESTADO NOVO

Com o golpe perpetrado em 10 de novembro de 1937, estabeleceu-se o Estado Novo, período em que Getúlio Vargas governou ditatorialmente. O novo regime, através da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), afetou toda a imprensa, que a partir de então foi submetida à censura. Em edição especial, em 10 de novembro de 1937, *O Globo* noticiou a outorga da nova Constituição e a dissolução do Senado e da Câmara, bem como das assembleias legislativas e das câmaras municipais. A censura fez com que o jornal preferisse “muitas vezes omitir a notícia a divulgá-la sob a forma recomendada, com flagrante desvirtuamento do fato, pelo interesse dos governantes e pela determinação dos censores”. Segundo Ricardo Marinho, *O Globo* sofreu intervenção do DIP e Roberto Marinho chegou a ser chamado a prestar depoimento.

De modo geral, durante o Estado Novo o jornal passou a dar maior destaque à seção de esportes, divulgando com maior cuidado, igualmente, o noticiário internacional. Entretanto, *O Globo* criticou a medida governamental que instituiu impostos indiretos sobre o consumidor, vendo aí sérias possibilidades de aumento do custo de vida. Mais adiante, o jornal apoiou a reforma da legislação criminal, cujo projeto havia sido elaborado por José de Alcântara Machado de Oliveira. Internacionalmente, *O Globo* mostrou-se favorável à política externa de Franklin Roosevelt, presidente dos Estados Unidos, preocupado em conclamar as nações para um esforço conjunto em prol da reconstrução da ordem mundial, sob o argumento de que “nenhum grupo de nações pode gozar de prosperidade enquanto outra parte se debate em terrível e desagregante crise”.

Em 1938, o movimento integralista articulou um golpe que contou com o apoio de setores oposicionistas liberais e pretendia depor Vargas. O chamado *putsch* integralista (11/5/1938), que redundou em fracasso, foi veementemente condenado por *O Globo*. O editorial referente ao episódio afirmava: “Contra esse estado de coisas... sempre protestamos, timbrando em não diferenciar nos seus intuitos e técnicas os amantes do credo verde dos de Moscou”.

A vigilância do governo sobre a imprensa não impediu *O Globo* de, embora mantendo-se favorável à construção da usina siderúrgica de Volta Redonda, fazer pequenas críticas ao fato de esta ter sido construída no estado do Rio, cujo interventor, Ernâni Amaral Peixoto, era genro de Vargas. Contudo, em relação à política social de Getúlio, *O Globo* não fez restrições, apoiando o desenvolvimento da legislação trabalhista. Da mesma forma, a aproximação de Getúlio Vargas com o Eixo, manifestada por essa ocasião através do incremento das relações comerciais entre Brasil e Alemanha, não foi criticada pelo jornal. Também passou despercebido ao crivo de *O Globo* o discurso pronunciado por Getúlio Vargas em julho de 1940 a bordo do *Minas Gerais*, considerado simpático ao fascismo. Nesse pronunciamento, Getúlio manifestou-se partidário das mudanças sociais, econômicas e políticas, devido à época turbulenta que se atravessava, afirmando que “passou a época dos liberalismos imprevidentes” e que “à democracia política substitui a democracia econômica”.

Por outro lado, desde o início da Segunda Guerra Mundial, *O Globo* se colocou a favor dos Aliados, mostrando-se decididamente contra a neutralidade brasileira e expressando em editorial sua esperança de que os ideais pan-americanistas “abroquelassem cada vez mais as nações do continente contra incursões do imperialismo distante”. Em dezembro de 1941 os norte-americanos entraram na guerra e, em janeiro de 1942, o Brasil rompeu relações com o Eixo. Por fim, em agosto de 1942, *O Globo* considerou “traíçoeira selvageria” a agressão de navios brasileiros por submarinos alemães, publicando o editorial “Desafio e ultraje ao Brasil”, em que defendia o ingresso do Brasil na guerra. A partir daí, *O Globo* faria ampla cobertura da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, lançando o tablóide *O Globo Expedicionário*, dirigido por Pedro Mota Lima, destinado a manter elevado a moral dos pracinhas brasileiros que combatiam na Itália. O tablóide foi publicado de 7 de julho de 1944 a 23 de maio de 1945, semanalmente. Além disso, *O Globo* fez apelo ao voluntariado.

Por essa ocasião, também em dezembro de 1944, nascia a Rádio Globo.

Durante os últimos anos do Estado Novo, *O Globo* uniu-se às correntes políticas que buscavam reintegrar o país ao processo democrático. Em função do que chamava de espírito continuísta de Getúlio, o jornal considerava inevitável a deposição do presidente. Nesse sentido, apoiou e deu ampla cobertura ao chamado *Manifesto dos mineiros*, lançado em outubro de 1943 com as assinaturas de importantes nomes da política mineira. O documento, que reivindicava a democratização do país, é considerado a primeira manifestação ostensiva da oposição ao Estado Novo, partida de lideranças políticas liberais e conservadoras.

À medida que se enfraquecia o regime, *O Globo* assumia posições favoráveis à anistia, às eleições livres e à eleição de uma constituinte que elaborasse uma nova carta para substituir a Constituição de 1937. A organização da sociedade civil e a consequente criação de partidos foi acompanhada cuidadosamente pelo jornal, que, se inicialmente não se definia por nenhum programa de maneira integral, mantendo uma seção onde se debatiam os mais diversos princípios partidários, acabou por apoiar a União Democrática Nacional (UDN) e a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. Contra Eduardo Gomes, disputavam o cargo o general Eurico Dutra, do Partido Social Democrático (PSD), Iedo Fiúza, apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e contra quem o jornal desencadeou campanha sob a acusação de corrupção na prefeitura de Petrópolis, e Plínio Salgado, pelo Partido de Representação Popular (PRP). Por essa época, *O Globo* publicou uma entrevista de Góis Monteiro em que este declarava ter regressado de Montevideu para “acabar com o Estado Novo”. Logo em seguida, a anistia concedida aos inimigos do regime foi aplaudida pelo jornal, que entretanto não a desejava irrestrita e ampla. O jornal foi contrário às últimas medidas econômicas de Vargas, como a lei de repressão ao abuso do poder econômico, a chamada Lei Malaia, decretada em junho de 1945.

#### DE 1945 A 1964: A RECONSTITUCIONALIZAÇÃO

Por fim, a deposição de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, foi do inteiro agrado de *O Globo*, que se mostrara durante o mês de agosto decididamente contrário à marcha dos trabalhadores queremistas e à proposta da “Constituinte com Getúlio”. Entretanto, o jornal demonstrou expectativa diante do governo do presidente José Linhares,



não o apoiando incondicionalmente.

O período imediatamente posterior ao Estado Novo era considerado por *O Globo* como de redemocratização lenta, em que a vida política nacional se recompunha, “somente perturbada pela ação subversiva dos comunistas que, através de sua atividade partidária e parlamentar, mantiveram a nação permanentemente agitada... com a fomentação de greves e outras provocações”. As greves eram desencadeadas “por conta dos asseclas de Luís Carlos Prestes”, líder do então legalizado PCB.

*O Globo* não fez oposição sistemática ao governo do marechal Eurico Dutra, vitorioso nas eleições de 2 de dezembro de 1945. Durante esse período, o jornal solidarizou-se com o lançamento do PCB na ilegalidade (1947) e fez campanha para que fossem cassados os mandatos dos representantes comunistas, tanto na Câmara dos Deputados, onde chegavam a 14, quanto na Câmara do Distrito Federal, onde ocupavam 18 cadeiras, num total de 50. *O Globo* apoiou igualmente o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética.

Nos debates em relação à estratégia do desenvolvimento econômico a ser seguida, *O Globo* era o principal porta-voz da linha neoliberal, que tinha como teórico Eugênio Gudín. O jornal defendia a fórmula que, segundo Thomas Skidmore, baseava-se na suposição de que o mecanismo de preços deveria ser respeitado como principal determinante da economia. As medidas fiscais e monetárias, bem como a política de comércio exterior, deveriam seguir os princípios ortodoxos estabelecidos pelos teóricos e praticantes da política de banco central dos países industrializados. Os orçamentos governamentais deveriam ser equilibrados, e as emissões, severamente controladas. O capital estrangeiro deveria ser bem recebido e estimulado como ajuda indispensável para um país carente de capitais. As limitações impostas pelo governo ao movimento internacional do capital, do dinheiro e dos bens deveriam ser reduzidas ao mínimo. Essa autodisciplina aumentaria ao máximo a mobilidade dos fatores e relegaria o Brasil a seu papel econômico natural, inevitável e inapelável, sob a lei inexorável da vantagem comparativa.

Ainda durante o governo Dutra, *O Globo* fez campanha contra os jogos de azar, procurando gratificar os anseios moralistas das camadas urbanas e assim garantir uma quantidade cada vez maior de leitores. O movimento resultou num decreto governamental que proibiu o jogo.

Os debates relativos à sucessão de Dutra se articularam em torno das candidaturas de Getúlio Vargas, lançado pela coligação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com o Partido Social Progressista (PSP); do brigadeiro Eduardo Gomes, novamente indicado pela UDN; e de Cristiano Machado, do PSD. *O Globo*, o primeiro órgão de imprensa a levantar, já em 1949, a possibilidade de retorno de Vargas ao poder, apoiou mais uma vez o brigadeiro, o que se deveu, segundo Ricardo Marinho, “à sua figura de grande democrata e patriota”. Ainda assim, a edição comemorativa do 30º aniversário do jornal declarava que, “durante a campanha eleitoral que se desdobrou intensa não só na capital da República como em todo o país, *O Globo* manteve uma linha de conduta de real imparcialidade. Procurava esclarecer a opinião pública e trazê-la bem informada, sem manifestar-se favorável a esta ou àquela corrente em luta. Dentro de tal propósito, ofereceu ampla cobertura de todos os setores, com reportagens, entrevistas de candidatos e completo noticiário, fartamente ilustrado”.

Com a vitória de Vargas desencadeou-se o debate em torno da legitimidade de sua vitória, levantado pelo líder oposicionista Carlos Lacerda sob a alegação de que o candidato não havia obtido maioria absoluta nas eleições. Segundo Ricardo Marinho, *O Globo* omitiu-se diante da questão, uma vez que não desfrutava de base política para apoiar um movimento de caráter inconstitucional. Após a posse de Vargas, no entanto, o jornal fez intensa oposição a seu governo.

Durante esse período, a discussão em torno da estratégia econômica a ser adotada partia de três posições fundamentais: a neoliberal, cujo principal teórico continuava a ser Gudin; a desenvolvimentista, preconizada pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL); e a nacionalista radical, encampada pelo PCB. *O Globo* permaneceu fiel aos princípios neoliberais, apoiando também o Plano Lafer, plano quinquenal elaborado por Horácio Lafer, então ministro da Fazenda, que pretendia investir um bilhão de dólares nas indústrias de base e nos setores estrangulados de transportes e energia. *O Globo* se mostraria outra vez favorável a Lafer, mais tarde, no momento em que sua política anti-inflacionária de contenção de crédito se chocou com a política de crédito fácil preconizada por Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil.

Em janeiro de 1952, *O Globo* manifestou-se contra o decreto presidencial que limitava em 10% a remessa de lucros. Segundo Ricardo Marinho, *O Globo* jamais se posicionou contra

o capital estrangeiro, cujo ingresso era considerado benéfico na medida em que concorria para o crescimento do país. Em março do mesmo ano, o jornal apoiou a substituição, no Ministério da Guerra, do general Newton Estillac Leal, considerado “simpatizante do credo de Moscou”, pelo general Ciro do Espírito Santo Cardoso. Logo em seguida, nas eleições para a presidência do Clube Militar, o jornal apoiou a candidatura do general Alcides Etchegoyen, representante do grupo favorável à íntima cooperação entre o Brasil e os EUA, que acabou por derrotar Estillac Leal.

Durante 1953, *O Globo* manifestou-se contra a Instrução nº 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), que instaurou uma política cambial mais flexível, estabelecendo categorias múltiplas para diversos tipos de exportações, importações e movimentos de capital. O jornal desencadeou também violenta campanha contra a Petrobras, cuja criação foi aprovada nesse ano pelo Congresso. Ainda em 1953, o aumento em 100% do salário mínimo, decidido pelo ministro do Trabalho, João Goulart, foi considerado nefasto pelo jornal, que viu aí a principal causa do aumento do custo de vida.

À medida que se intensificava a crise política do governo Vargas, *O Globo* acirrava a oposição ao presidente encampando a tese do *impeachment* proposta pela UDN e participando da intensa campanha que a imprensa movia contra o jornal situacionista *Última Hora*, de Samuel Wainer. Segundo Ricardo Marinho, *O Globo* justificava sua atitude contra um governo eleito constitucionalmente em função dos “desmandos” que este cometeria.

*O Globo* fez ampla cobertura do chamado atentado da Tonelero, em 5 de agosto de 1954, contra Carlos Lacerda, cuja vítima foi seu acompanhante, o major-aviador Rubens Vaz. O jornal cobriu igualmente o inquérito policial-militar instaurado pela Aeronáutica para apontar os responsáveis. O inquérito, instalado na Base Aérea do Galeão, dispôs de amplos poderes para convocar autoridades suspeitas de envolvimento no crime e constituiu importante elemento no quadro do acirramento da campanha contra Vargas. *O Globo* publicou todo o relatório do inquérito num tablóide sob o título *O livro negro de corrupção*.

O suicídio de Vargas, 19 dias após o atentado da Tonelero, em 24 de agosto de 1954, determinou o apedrejamento da sede de *O Globo* e a queima de caminhões de entrega do jornal. Em consequência disso, o jornal evitou tecer comentários sobre o episódio,

limitando-se a noticiá-lo. O governo de João Café Filho, vice-presidente de Getúlio e seu substituto imediato, foi contudo apoiado pelo jornal por causa de sua aproximação política com a UDN. Café Filho chegou a nomear Eugênio Gudin ministro da Fazenda.

Com o início dos debates sobre a sucessão presidencial, articularam-se as candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart, pela coligação entre PSD-PTB, e de Juarez Távora, pela UDN. *O Globo* permaneceu fiel aos princípios udenistas que o orientavam. Durante esse período, aproximou-se igualmente de elementos do Exército ligados à UDN, identificando-se sobretudo com o general Canrobert Pereira da Costa e acreditando na veracidade da chamada Carta Brandi. O documento, divulgado em julho de 1955, seria endereçado a João Goulart pelo deputado argentino Antônio Jesus Brandi e aludiria a supostas articulações com o governo peronista para a deflagração de um movimento armado no Brasil. Um inquérito instaurado no mesmo ano comprovou tratar-se de um documento forjado por falsários argentinos para ser vendido aos opositores de Goulart.

Com a vitória de Juscelino Kubitschek, *O Globo* encampou a tese da maioria absoluta novamente lançada pela UDN e seguiu identificado com as propostas desse partido ao longo dos episódios que se sucederam, culminando no movimento do 11 de Novembro de 1955. Esse movimento militar, liderado pelo general Henrique Lott com o objetivo de barrar uma conspiração contra a posse de Juscelino, que supostamente se preparava no governo, acabou por provocar o impedimento do presidente interino, Carlos Luz, substituto de Café Filho, que se havia licenciado por motivo de saúde.

Ao longo do governo de Juscelino Kubitschek, *O Globo* manteve-se na oposição, apoiando a política do Fundo Monetário Internacional (FMI), que preconizou maior combate à inflação e restrição ao crédito, e com o qual o presidente acabou rompendo. Em editoriais e mesmo através de colaboradores, o jornal criticava a construção de Brasília, atribuindo a inflação que se verificava aos excessivos gastos de Juscelino. Na questão desencadeada entre Lucas Lopes, ministro da Fazenda, que procurava conciliar-se com o FMI, e Pais de Almeida, presidente do Banco do Brasil, *O Globo* apoiou o primeiro. Viu, contudo, com bons olhos, a implantação da indústria automobilística.

A despeito da oposição movida por *O Globo*, Juscelino Kubitschek nomeou Roberto Marinho secretário da Comissão Nacional da Ordem do Mérito. Ainda durante a gestão Juscelino, o jornal desencadeou uma campanha contra o recém-fundado Instituto Superior

de Estudos Brasileiros (ISEB), considerado um “pedante ninho algo luxuoso de agitadores comunistas”. Além de ataques pessoais ao diretor Roland Corbisier, *O Globo* chamou a atenção para a “indisfarçável e curiosa coincidência de linhas políticas que se constata nos movimentos dos rapazes isebianos — agindo na superestrutura — e as Ligas Camponesas no Nordeste — agindo junto às camadas mais sensíveis de nosso povo”.

Por ocasião dos debates em torno da sucessão de Juscelino, *O Globo* apoiou irrestritamente a candidatura Jânio Quadros, que com o apoio da UDN venceu o pleito, derrotando o candidato petebista, o marechal Henrique Lott. O vice-presidente de Jânio, contudo, seria João Goulart, filiado ao PTB.

Durante o governo de Jânio Quadros, o jornal recebeu com perplexidade algumas das medidas presidenciais, sobretudo as relativas à política externa. A condecoração de Ernesto “Che” Guevara, ministro das Relações Exteriores de Cuba, e o projeto de reatamento de relações diplomáticas com os países socialistas foram violentamente combatidos. Ainda assim, *O Globo* considerava inoportuna a campanha que Lacerda, então governador da Guanabara, desencadeara contra o presidente.

A renúncia de Jânio, em 25 de agosto de 1961, foi igualmente recebida com perplexidade. De imediato *O Globo* foi contra a posse de João Goulart, mas apoiou a opção parlamentarista, adotada pelo Congresso em setembro de 1961 como forma conciliatória para propiciar a posse do vice-presidente. Durante o governo João Goulart, *O Globo* permaneceu na oposição, defendendo os interesses do capital estrangeiro e atacando as reformas de base propostas pelo presidente.

O jornal declarou-se contrário à reforma agrária, mesmo se esta fosse feita com indenização, afirmando considerar o minifúndio economicamente prejudicial. Manifestou-se contra o plebiscito de janeiro de 1963, que promoveu o retorno ao regime presidencialista, alijando o parlamentarismo do cenário político. Condenou igualmente a desapropriação dos bens da American and Foreign Power Company (Amforp) em abril de 1963, permanecendo ao lado das proposições do FMI, que dera parecer desfavorável à política econômica levada a efeito por João Goulart. *O Globo* pronunciou-se também contra a Lei de Remessa de Lucros, cuja regulamentação foi emitida em janeiro de 1964.

Por fim, a eclosão do movimento militar de março de 1964, que derrubaria o governo João Goulart, foi prontamente apoiada por *O Globo*.

## DE 1964 AO GOVERNO GEISEL

No início de abril de 1964, *O Globo* declarava que “agora o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o país continue a sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo”. Posteriormente, no editorial “50 anos”, publicado por ocasião do 50º aniversário do jornal, o movimento militar de 1964 era visto como o reencontro da nação: “Os tenentes, então generais reformados, os expedicionários, então responsáveis pela chefia das forças armadas, e os líderes políticos herdeiros de tradições de várias décadas de luta pela democracia uniram-se, sob a pressão das grandes marchas populares para uma nova revolução”.

*O Globo* deu apoio ao governo do marechal Castelo Branco, presidente eleito pelo Congresso em 11 de abril de 1964. Contudo, tendo rompido com Carlos Lacerda em 1963, nas eleições de outubro de 1965 Roberto Marinho apoiou a candidatura oposicionista de Negrão de Lima ao governo da Guanabara contra o candidato de Lacerda, Flexa Ribeiro. A despeito do apoio a Negrão de Lima, *O Globo* permaneceu identificado com Castelo Branco, encampando as renegociações do governo com o FMI, o Plano de Ação Econômica organizado por Roberto Campos e o programa de austeridade monetária, e não se manifestando contra as diversas cassações perpetradas pelos primeiros atos institucionais. Ainda em 1965, o jornal opôs-se à Frente Ampla, movimento articulado por elementos descontentes com o governo Castelo Branco, entre os quais Lacerda e políticos cassados pelo movimento de 1964, como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Ainda durante o governo Castelo Branco, em 1965, Lacerda denunciava “infiltração de capital forasteiro” na televisão. Na verdade, referia-se a “acordos ilegais” firmados entre a TV Globo — fundada em abril daquele ano — e o grupo norte-americano Time-Life. A denúncia fora efetuada através do depoimento de Alberto Hernandez Catá, assessor de Roberto Marinho na TV Globo. Catá teria vínculo trabalhista apenas com o grupo Time-Life, que lhe pagava em dólares, e denunciou a subordinação do grupo brasileiro ao estrangeiro em face da situação econômico-financeira das empresas e da orientação

ministrada através da assessoria técnica, decorrente do contrato firmado. Catá referiu-se também à conferência pronunciada pelo vice-presidente do grupo Time-Life, Weston Pullen Jr., sobre a ampliação de suas atividades nos países sul-americanos, e a comentários publicados pelo órgão especializado *Television Age* sobre a aquisição pelo grupo Marinho-Time-Life de mais uma emissora em São Paulo. Alegou, finalmente, a violação do artigo 160 da Constituição e do artigo 28 §2º, item II, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963), que dizia: “Proibição de ser firmado qualquer convênio, acordo ou ajuste relativo à utilização das frequências consignadas e exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia autorização do Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel).”

Enquanto a questão era levada ao conhecimento do Contel, o deputado Eurico de Oliveira apresentava requerimento à Câmara pedindo instauração de uma comissão parlamentar de inquérito para apuração das denúncias. À campanha desencadeada contra *O Globo* aderiram os Diários Associados, através de João Calmon, presidente da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão, e mais adiante *O Estado de S. Paulo*. A favor de Roberto Marinho permaneceu o *Jornal do Brasil*, que considerava a campanha “jacobinismo provinciano”.

Acusava-se *O Globo* de ter recebido em dólares importância superior a cinco bilhões de cruzeiros e de ter vendido o prédio da TV Globo ao grupo Time-Life, alegando-se a existência de contratos que provariam o vínculo societário, proibido pela Carta Magna e pelo Código Brasileiro de Telecomunicações. Uma vez instalada a CPI, obteve-se de início as cópias dos contratos celebrados entre as empresas nacional e estrangeira (contrato da sociedade em conta de participação, contrato de assistência técnica e escritura de cessão de direitos e promessa de compra e venda do prédio da TV Globo), e na Junta de Registro de Comércio apurou-se o extravio do processo da TV Globo Ltda., que lá deveria se encontrar arquivado, o mesmo ocorrendo no 11º Ofício de Notas, onde se constatou o desaparecimento da folha correspondente ao instrumento da escritura da cessão de direito e promessa de compra e venda do prédio da TV.

Depuseram Roberto Marinho e alguns ex-diretores da TV Globo, e José Tomás Nabuco de Araújo, representando o grupo Time-Life. Roberto Marinho contestou as acusações argumentando que “o contrato denominado principal, a que se refere o mesmo ofício, foi

celebrado em Nova Iorque em 22 de junho de 1962, não tendo sido remetidos para o Brasil os respectivos originais. Esse contrato só entraria em vigor cumpridas condições previstas em sua cláusula II, e antes que isso se verificasse foi ele revogado por acordo mútuo, havendo sido convertido em financiamento sob forma de conta de participação, em um contrato de cessão de promessa de venda do terreno à rua Von Martius s/nº, bem como do edifício nele construído”. Mais adiante, Roberto Marinho afirmava que “confirmamos assim os dizeres do nosso ofício anterior, no qual esclarecemos que o contrato denominado principal não chegou a ter existência legal no Brasil, pois embora rubricada a respectiva minuta pelas partes em 1962, foi enviado aos Estados Unidos para ser celebrado lá, não tendo voltado jamais ao Brasil sob a forma definitiva para início das relações contratuais”. Contudo, em 21 de janeiro de 1966 Roberto Marinho concordou em enviar ao Contel cópias dos contratos da TV Globo com o grupo Time-Life. No mesmo dia, o presidente Castelo Branco determinou a instalação de uma comissão de alto nível para investigar as denúncias de infiltração estrangeira na imprensa, que seria constituída cinco dias depois por Gildo Ferraz, Bruno Negreiros e Celso Silva. As conclusões a que chegou a comissão, assinadas por Gildo Ferraz, declaravam reconhecer a ingerência estrangeira nos negócios da empresa e que a expansão do domínio do grupo Time-Life poria em risco a própria segurança nacional, “pois já se encontram sob o seu controle, nas mesmas condições da TV Globo, os bens adquiridos pelo sr. Roberto Marinho à Organização Victor Costa, compreendendo entre outros a TV Paulista e a TV Bauru”. O parecer de Gildo Ferraz finalizou advertindo para “o perigo da propagação pelo país... dado que o sr. Roberto Marinho possui em tramitação no Contel pedido de concessão de 36 emissoras de rádio, algumas com canal de televisão, nas capitais e cidades mais populosas”. Contudo, segundo Ricardo Marinho, Roberto Marinho desligou-se do grupo Time-Life, indenizando-o para “evitar pretextos que viessem a afetar a empresa”.

*O Globo* foi favorável à prorrogação do mandato de Castelo Branco. Durante o governo do marechal Costa e Silva, empossado em 15 de março de 1967, o jornal, embora seguisse em seu apoio às principais teses do movimento militar de 1964, mostrou algumas reservas. Já o governo do general Garrastazu Médici recebeu total adesão. Transformado gradualmente no mais governista dos jornais, *O Globo* deixou lentamente sua posição favorável à privatização das empresas, encampando, a partir do governo Ernesto Geisel, a política de



estatização, num momento em que órgãos da imprensa liberal, como o *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, lhe faziam restrições e combatiam a Petrobras. *O Globo*, ao contrário, embora fosse um tradicional inimigo da Petrobras, passou a apoiá-la durante o governo Geisel.

O editorial comemorativo do 50º aniversário do jornal, em 1975, reafirmou o propósito de *O Globo* de dar “firme combate à subversão” e declarou ao mesmo tempo que o crescimento econômico do país criara “condições de trabalho profícuo, ensejando que, embora sempre vigilantes, possamos partir para a implantação do desenvolvimento político e social”.

### ASPECTOS INTERNOS

Em sua fase inicial, *O Globo* contou com a colaboração, entre outros, do barão de Itararé e de Raul Bopp. Posteriormente, tornar-se-iam colaboradores do jornal, escrevendo sobre diversos assuntos, Eugênio Gudín, Gustavo Corção, Oto Lara Resende, Nelson Rodrigues, Davi Nasser, Edmar Morel, Franklin de Oliveira, Luís Alberto Bahia, João Antônio Mesplé, Evandro Carlos de Andrade e Francisco Alves Pinheiro. Em 1954, Ibrahim Sued iniciou no jornal sua coluna social, que impulsionaria esse tipo de jornalismo. O jornal, inicialmente vespertino e circulando diariamente com duas edições, em 1935 acrescentou mais uma edição vespertina e outra matutina, a qual, no entanto, deixou de circular em 1937. A partir de 1962, tornou-se exclusivamente matutino.

A primeira sede do jornal, na rua Bittencourt Silva, foi desapropriada pela Prefeitura do Distrito Federal. Em outubro de 1954, o jornal transferiu-se para a rua Irineu Marinho. A rotativa Hoe, que adquiriu então, foi substituída em 1978 por rotativas Goss Metrolines Rockwell, em *off-set*.

*O Globo* foi o primeiro jornal brasileiro a utilizar o *flash* nas máquinas fotográficas, assim como o *flash* eletrônico, a teleobjetiva e as máquinas de 35mm com filme ultrassensível. Em junho de 1959, o jornal publicou a primeira radiofoto colorida da imprensa da América do Sul, reproduzindo a visita da rainha Elizabeth II ao Canadá. *O Globo* adotou igualmente máquinas Unifax para a recepção de fotografias de qualquer ponto do planeta por rádio ou telefone e o sistema de fotocomposição em substituição ao de linotipos com composição a chumbo.

## A ABERTURA POLÍTICA

O projeto de distensão “lenta, gradual e segura”, apresentado pela facção liberal do regime militar, foi tratado nas páginas de *O Globo* como um processo contínuo de transição para a democracia. **Momentos conturbados, como o fechamento do Congresso em abril de 1977 para a aprovação de um conjunto de leis – o chamado Pacote de Abril – com o intuito de fortalecer o partido governista, foram vistos pelo jornal como manifestações de intransigência por parte da oposição, capazes de impedir a “boa evolução do problema institucional brasileiro”.**

Em 1979, quando foi aprovada a Lei de Anistia, permitindo a libertação de presos políticos e a volta do exílio de personagens como Luís Carlos Prestes e Leonel Brizola, *O Globo* elogiou o encaminhamento dado à questão e procurou encontrar na atitude do presidente João Figueiredo um sentido de conciliação e compromisso com os princípios de liberalização do regime. A escalada de atos terroristas promovidos por grupos militares de direita, iniciada logo após a aprovação da anistia, recebeu imediata desaprovação do jornal. Na edição de 2 de maio de 1981, todos os principais atentados a bomba até então cometidos foram listados, como parte da cobertura do caso Riocentro, quando uma bomba explodiu durante um show em comemoração do Dia do Trabalho, atingindo dois militares no interior de um automóvel estacionado naquele centro de convenções. A reportagem de *O Globo* divulgou a explosão de uma segunda bomba, meia hora depois, na casa de força, contrariando a versão oficial de que os militares seriam vítimas, e não autores do atentado.

O fim do bipartidarismo e a extinção dos partidos governista e oposicionista, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em dezembro de 1979, deram origem a um novo sistema partidário, acirrando a competição entre os partidos. O ano de 1982 seria fundamental para testar esse sistema, com os governadores passando a receber o voto direto da população. No estado do Rio de Janeiro, a candidatura de Leonel Brizola, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), chamou especial atenção pelo passado do líder trabalhista, sendo tratada por *O Globo* como um “fenômeno populista”, soma de oposicionismo generalizado e habilidade política para

explorar as dificuldades econômicas do povo. Nessa eleição, *O Globo* apoiou o candidato do Partido Democrático Social (PDS), Moreira Franco, ex-prefeito de Niterói, considerando-o mais bem preparado intelectualmente em relação a seus adversários e também o único portador de uma real experiência administrativa.

Durante os três primeiros dias da apuração dos votos para governador, as empresas Globo foram acusadas de participar de uma tentativa de fraude. Os dados da Proconsult, empresa de computação contratada pelo Tribunal Regional Eleitoral, apontavam a vitória de Moreira Franco. Esse resultado era também confirmado pelas pesquisas divulgadas pela Rede Globo. Na verdade, a emissora reproduzia, por medida de economia, os resultados do jornal *O Globo*, que vinha divulgando mais lentamente os dados e começara pelas urnas do interior. Esses dados contrastavam fortemente, porém, com todas as pesquisas de boca de urna então divulgadas e que acabaram sendo confirmadas pela recontagem dos votos.

O governo Brizola foi duramente criticado pelo jornal como centralizador e ineficiente. Seu principal projeto ligado à educação, a construção dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), foi tratado como dispendioso e movido por objetivos de promoção política. Na data em que se completaram cem dias do governo Brizola, *O Globo* anunciou uma crise administrativa, com reflexos na segurança pública e na discussão do aumento do funcionalismo, cuja natureza estaria no estilo personalista do governador.

A sucessão do presidente João Figueiredo foi marcada pela campanha em prol da realização de eleições diretas para presidente da República, proposta ao Congresso pela emenda Dante de Oliveira. *O Globo* não apoiou a campanha nacional a favor da emenda, iniciada no fim de 1983. Entretanto, a cobertura dos últimos comícios das Diretas Já ganhou destaque, tendo sido o comício da Candelária, no Rio de Janeiro, considerado a maior concentração política da história da cidade. **Diante da posição do governo de manter a eleição indireta, realizada pelo Colégio Eleitoral, ficando as diretas adiadas para o próximo pleito, *O Globo* enfatizou: “O reconhecimento pelo governo de uma vontade nacional de mudança, na direção única da abertura política, confere ao projeto de reforma constitucional do presidente Figueiredo uma índole democrática que nenhuma imperfeição ou omissão tópica da emenda pode desmerecer”.**

As medidas de exceção impostas em Brasília para evitar concentrações públicas de apoio às diretas também receberam aprovação do jornal, sendo consideradas perfeitamente de

acordo com a ordem constitucional vigente. Na data da votação da emenda Dante de Oliveira, *O Globo* conclamou o Congresso a votar afastado do apelo das ruas, cumprindo seu papel específico. Após a derrota da emenda, em 25 de abril de 1984, o jornal passou a defender ainda mais enfaticamente a proposta do presidente Figueiredo, entendendo-a como a única possibilidade de negociação entre o governo e a oposição.

Em 7 de outubro de 1984, no editorial “O julgamento da revolução”, publicado na primeira página, Roberto Marinho fez um balanço da atuação de seu jornal durante os anos do autoritarismo e concluiu: “Não há memória de que haja ocorrido aqui, ou em qualquer país, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado de seu próprio arbítrio para se autolimitar, extinguindo os poderes de exceção, anistiando os adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse o maior feito da Revolução de 64.”

Meses mais tarde, a escolha de Tancredo Neves para concorrer com Paulo Maluf na disputa pela presidência da República pela via indireta recebeu o apoio do jornal. Trazendo o lema da conciliação, a candidatura Tancredo foi vista como uma garantia de transição sem riscos. Após a confirmação de seu nome pelo Colégio Eleitoral, *O Globo* chamou-o de “O mensageiro da conciliação”, homem público capaz de reconhecer, apesar de sua militância oposicionista, “o relevante papel do presidente Figueiredo e das Forças Armadas no feliz encaminhamento da sucessão presidencial e da transição para a plenitude democrática”.

### A NOVA REPÚBLICA E AS ELEIÇÕES DE 1989

Com a posse do vice-presidente José Sarney na presidência da República, em decorrência da doença e da morte, em 21 de abril de 1985, de Tancredo Neves, *O Globo* passou a considerar o novo presidente um continuador da obra de Tancredo, “timoneiro munido das credenciais necessárias” para manter a sustentação política da Nova República. O segundo ano do governo Sarney foi marcado pela euforia do Plano Cruzado, havendo uma resposta popular intensa de apoio às medidas econômicas por ele implementadas. *O Globo* deu total apoio ao plano, visto como a “reforma mais importante da história do país”, e rebateu as críticas de Leonel Brizola, de que seria apenas fruto do desespero de “um projeto de poder pessoal desalojado pelo programa de estabilização econômica”.

As eleições para os governos estaduais em novembro de 1986 representaram um capítulo a

mais nas desavenças entre Roberto Marinho e o governador Leonel Brizola. Em nota oficial, divulgada pouco antes das eleições, o governador acusou o ex-presidente João Figueiredo, o presidente José Sarney e as Organizações Globo de estarem conspirando juntos contra o seu governo. Como resposta, *O Globo* publicou, em 10 de novembro de 1986, um editorial que tratava essas acusações como uma fábula narrada por alguém “que não dispõe de um mínimo de argumentos para justificar o dramático fracasso de sua administração”, além de pedir à população um voto de repúdio ao governo do PDT. Dias depois, em 13 de novembro, ao focalizar o último comício do candidato apoiado por Brizola, o vice-governador Darci Ribeiro, o jornal afirmava, no editorial “O terrorismo moreno”: “No desfile organizado pelos banqueiros do bicho, na avenida Rio Branco, para encerramento da campanha eleitoral a que ora se dedicam no sentido de organizar o continuísmo da sua impunidade, não poderia faltar um carro alegórico. Uma elefanta, com um cartaz em que se lia o número 12 — que corresponde ao do animal no jogo do bicho e ao do candidato Darci Ribeiro na cédula eleitoral — constitui-se no símbolo da grande aliança entre a marginalidade e o governo estadual.”

Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, iniciados em 1º de fevereiro de 1987, *O Globo* criticou a “prodigalidade nociva” dos capítulos referentes aos direitos sociais. Procurou demonstrar o quanto esses benefícios poderiam implicar a elevação dos custos da produção industrial, na medida em que “a Constituinte preocupa-se mais com benesses e favores trabalhistas excessivos e menos com medidas que impulsionem nossa economia”. Também acusou os parlamentares de colocarem o Brasil na “contramão da história”, ao dificultar a entrada do capital estrangeiro.

Outros pontos de atrito com a Constituinte foram a questão tecnológica e a reserva de mercado para a informática, os monopólios das empresas estatais, o tabelamento dos juros em 12% ao ano e a proposta parlamentarista, considerada golpismo, conforme o editorial de 19 de novembro de 1987, onde se lê: “Os atuais congressistas foram eleitos para exercer funções legislativas, mas não para eleger e depor, de forma indireta, o chefe do Poder Executivo.”

Contudo, em 5 de outubro de 1988, *O Globo* enfatizou que a nova Constituição que se promulgava naquele dia exprimia a recuperação da cidadania, parabenizando-a por ter sido “moldada sobre a soberania popular”. Nessa data, as únicas críticas do jornal recaíram

sobre o deputado Ulisses Guimarães, cuja autoridade teria ultrapassado os limites da presidência dos trabalhos constituintes para servir a seus interesses futuros, rumo à presidência da República.

Nos primeiros meses da campanha sucessória de 1989, o noticiário do jornal tinha em pauta o problema do grande número de greves, ocorridas no vazio da não regulamentação desse direito pela Constituição de 1988. A greve nacional dos bancários recebeu destaque em diversos editoriais, com ênfase na sua natureza política e irresponsável. Questionou-se a violência das greves, principalmente após o movimento dos vigilantes de transportadoras de valores, quando vários carros-fortes foram apedrejados por grevistas em piquetes. Por conta disso, *O Globo* apoiou a medida provisória que regulamentava o direito de greve e definia os serviços considerados essenciais, pois, na sua opinião, “quando os locais de trabalho são depredados e as empresas são lançadas à insolvência, o trabalhador perde tanto quanto seu empregador”.

No campo internacional, iniciava-se a cobertura da crise do socialismo, com o noticiário sobre o massacre dos estudantes chineses que protestavam contra o regime comunista na praça da Paz Celestial, em Pequim, ocupando as manchetes principais por diversos dias. A repercussão dessa cobertura permitiu ao jornal repudiar “uma ideologia que perdeu fascínio e credibilidade, um regime despido de lógica e coerência”. Em novembro de 1989, a queda do Muro de Berlim seria o ponto alto dessa cobertura, pois naquele momento registrava-se o fim do “socialismo de incubadeira — o socialismo que mantém a uma distância profilática outros regimes, povos e nações, o socialismo do confinamento a instâncias burocráticas, pretensamente ungidas de pureza ideológica”.

O descontrole da economia, provocado pelo insucesso dos planos Cruzado (fevereiro de 1986), Bresser (junho de 1987) e Verão (janeiro de 1989), e denunciado através da elevação dos índices inflacionários, foi outra preocupação constante, por parte de *O Globo*, na cobertura das eleições de 1989. Na edição de 3 de agosto, a manchete principal assegurava: “Inflação derruba Maílson”. Era um furo jornalístico feito a partir de fontes inexistentes, que demonstrava a indisposição do jornal com o então ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega. A proximidade das eleições fez com que as críticas à má condução da política econômica ganhassem cada vez mais espaço. O perigo de a avalanche inflacionária influir sobre a escolha dos candidatos em 15 de novembro levou o jornal a acusar o governo de

agir com “negligência criminosa”, nada fazendo para impedir a chegada da inflação à marca dos 50% ao mês.

Os últimos meses da campanha revelaram o tratamento diferenciado do jornal aos principais concorrentes à eleição presidencial, que seria a primeira a contar com o voto popular após 29 anos. Em outubro de 1989, *O Globo* divulgou a foto de um depósito clandestino de armas e munições, onde teria sido encontrado um pôster mostrando Leonel Brizola, então candidato do PDT à presidência da República, abraçado a um suposto traficante conhecido por Eureka. Tratava-se de uma falsificação, pois a pessoa da foto era um líder comunitário, em nada envolvido com o tráfico de drogas. Enquanto isso, a trajetória do candidato do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), Fernando Collor de Melo, era registrada nas páginas do periódico com notícias que enfatizavam o crescimento de seu desempenho nas pesquisas de opinião e o apoio dado pelos eleitores em todos os lugares por ele visitados.

Com a vitória de Collor no primeiro turno, *O Globo* posicionou-se ao seu lado, ressaltando os aspectos positivos de sua personalidade, tais como patriotismo e espírito de liderança. Defendeu suas idéias principais, resumidas no interesse pela abertura comercial e pela redução do tamanho do Estado, em detrimento das propostas acolhidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), consideradas simplificadoras e retrógradas. Tendo obtido o segundo lugar, o candidato petista Luís Inácio Lula da Silva seria o adversário de Collor no segundo turno.

As acusações de Mirian Cordeiro, ex-namorada de Luís Inácio Lula da Silva, de ter sofrido pressões deste para abortar a filha Luriam, feitas no horário gratuito do PRN, às vésperas do último debate eleitoral, receberam grande destaque no jornal, ao lado de notícias sobre o envolvimento da Igreja progressista na campanha da coalizão de partidos que apoiava a candidatura de Lula, a Frente Brasil Popular, e sobre invasões de terras incitadas por militantes petistas.

No editorial “O teste decisivo”, publicado após o debate final entre os candidatos, *O Globo* fez um apelo em prol do voto “em quem revelou o discernimento, a segurança e a capacidade de liderança indispensáveis ao próximo presidente da República: Fernando Collor de Melo”.

Conhecido o resultado das urnas após o pleito de 17 de dezembro, fez-se uma avaliação da

eleição, vista como a “mais limpa e livre jamais levada a efeito no Brasil”. A vitória de Fernando Collor foi avaliada por *O Globo* de maneira positiva: “Ele prega o restabelecimento da eficácia de um Estado mais magro e mais ágil como a única via para alcançar a justiça social. Quer abrir os portos, dinamizar as trocas, aumentar a produção e a produtividade com base na maior liberdade em empreender e pretende encontrar saídas para os pontos de estrangulamento pela via do diálogo e da inserção do país na comunidade das grandes potências econômicas.”

### GOVERNO COLLOR

A posse de Fernando Collor em 15 de março de 1990 e a subsequente apresentação de seu plano econômico mantiveram a expectativa positiva trazida por *O Globo* desde o encerramento das eleições. A despeito dos aspectos recessivos do plano e da polêmica causada pela brutal redução do meio circulante, feita através da limitação dos saques da poupança, conta corrente e aplicações de curto prazo, houve uma tendência a valorizar a ênfase dada pelo novo governo às privatizações e à reforma administrativa.

A repercussão internacional do Plano Collor foi acompanhada com bastante interesse por *O Globo*, que chamou a atenção para os novos investimentos feitos no Brasil após conversações entre a ministra Zélia Cardoso de Melo e as agências de crédito no exterior. Anunciava-se uma nova visão sobre o desenvolvimento econômico nacional, com ampla participação do capital estrangeiro, na qual Collor estava perfeitamente engajado.

No decorrer de 1990, entretanto, a ação do Executivo através de medidas provisórias, em conflito com decisões emanadas do Supremo Tribunal Federal, especialmente nos casos relativos à redução de salários de servidores federais postos em disponibilidade, e a dificuldade de compor uma maioria estável para o governo passaram a formar a maior parte do noticiário da imprensa. Mesmo não tendo conseguido realizar boa parte de seu programa, segundo *O Globo* o presidente Collor detinha no mês de setembro um índice de popularidade de 79%.

A edição do Plano Collor II, em fevereiro de 1991, criticada por lideranças empresariais devido à opção de manter o congelamento de preços e salários, contou com o apoio de *O Globo*, que criticou as previsões feitas na época em vista das novas consequências recessivas do plano, como a queda da produção, dos salários e do emprego.



As denúncias de corrupção que começaram a frequentar o noticiário da grande imprensa a partir do caso S.O.S. Rodovias, em junho de 1990, só tiveram repercussão em *O Globo* a partir de outubro de 1991, quando o jornal denunciou a compra superfaturada de fardas e lençóis pelo Exército. As denúncias divulgadas em 24 de maio de 1992 por Pedro Collor, em entrevista à revista *Veja*, sobre a existência de um esquema de corrupção montado no interior do governo, e a posterior instalação de uma CPI no Congresso para investigar a veracidade dessas acusações, também foram timidamente recebidas, limitando-se *O Globo* a divulgar as notícias relativas ao caso, sem publicar sua opinião em editoriais. Apenas a partir da cobertura das manifestações públicas de repúdio ao presidente, iniciadas em agosto de 1992 com uma grande participação de jovens conhecidos como “caras-pintadas”, passou o jornal a abordar diretamente o assunto em seus editoriais. Dias após a conclusão dos trabalhos da CPI, em 1º de setembro de 1992, *O Globo* manifestou-se dizendo: “Caso vingue o processo de *impeachment*, o Brasil não poderá voltar as costas aos avanços significativos que já fizemos na direção de um país moderno, eficiente e, por isso, justo. O atual programa de governo, em suas linhas gerais, representa mais que uma opção correta: ele é a única escolha para uma sociedade que não se conforma com a estagnação e a miséria. Portanto transcende as pessoas e os partidos.”

### A DEFESA DAS REFORMAS

A defesa do projeto de modernização via abertura comercial e atração de investimentos externos para o Brasil através da venda de empresas estatais, abraçada por *O Globo* desde fins do governo Sarney, fez o jornal apoiar com reservas o governo Itamar Franco, iniciado em outubro de 1992, após o afastamento de Collor. As primeiras notícias referentes a esse governo demonstravam o desentendimento entre as forças que o apoiavam. Na pasta da Fazenda, a rápida mudança de nomes dos titulares causava apreensão. Nada se sabia quanto às possibilidades do programa de privatizações, ao passo que Itamar acenava com propostas consideradas extravagantes, como a recuperação da indústria automobilística através da produção de carros populares, com a volta ao mercado do modelo da Volkswagen popularmente conhecido como Fusca.

Em abril de 1993, a convocação de um plebiscito sobre forma e sistema de governo, em que se discutiu o parlamentarismo, o presidencialismo e a monarquia parlamentar, não

chegou, na opinião de *O Globo*, a empolgar a população, que preferiu aproveitar o dia da votação para o lazer, em muitos casos justificando sua ausência nas agências dos correios, onde as filas foram maiores que nas seções eleitorais. As razões do desinteresse pelo plebiscito, levantadas no editorial “O voto da desconfiança”, seriam resultado da desilusão produzida pelos políticos nos últimos anos, da frustração de expectativas provocada pelo fracasso dos muitos planos econômicos e da falta de novas idéias no cenário político. A recusa ao voto foi encarada por *O Globo* como uma forma de manifestação política normal, e foi também uma oportunidade para a defesa do voto facultativo: “Desta vez não houve disfarce possível. O que aconselharia antes de mais nada a liberação dessa forma civilizada de protesto. Sendo um direito, o voto não deveria ser nunca uma obrigação.”

No segundo semestre de 1993, entretanto, uma nova série de denúncias de corrupção, dessa vez levantadas contra o Legislativo, reacendeu a corrida do jornalismo investigativo, que marcara a atitude da grande imprensa no ano anterior. Uma CPI instalada para averiguar as possíveis fraudes na apresentação de emendas ao orçamento da União conseguiu provar o envolvimento de diversos parlamentares, conhecidos como os “anões do orçamento”, que negociavam verbas para prefeituras em suas áreas de influência. *O Globo* apoiou a iniciativa do Congresso de proceder a uma devassa nas suas próprias atividades, só chamando a atenção para o perigo de se interromper, em nome da CPI, os trabalhos de revisão constitucional que se iniciavam.

Ao se encerrarem as investigações da CPI do Orçamento, *O Globo* afirmou estar o Legislativo redimido de seus vícios históricos e pronto para o estabelecimento de procedimentos mais austeros no trato dos recursos públicos. Para o jornal, daí em diante estaria aberto o caminho das reformas constitucionais, consideradas o desdobramento natural do salto qualitativo dado pelos parlamentares após a aprovação dos expurgos na Câmara e no Senado.

O insucesso do esforço realizado em fevereiro de 1994 para acelerar a aprovação dessas reformas fez com que *O Globo* protestasse contra a falta de interesse da maioria dos políticos em participar efetivamente dos trabalhos legislativos, o que teria facilitado a resistência da oposição, através da obstrução das propostas de revisão constitucional, por conta da falta de quórum no plenário do Congresso.

Ainda nesse mês, *O Globo* iria saudar a implementação da segunda fase do plano de

estabilização econômica, elaborado pela equipe do ministro Fernando Henrique Cardoso após um período inicial de ajuste das contas públicas no fim de 1993. Segundo o periódico, a adoção, em 28 de fevereiro, da Unidade Referencial de Valor (URV), diferentemente dos planos anteriores, teria sido submetida a uma ampla discussão, revelando assim sua natureza inovadora e democrática.

De acordo com o jornal, as condições econômicas no começo de 1994 eram bastante favoráveis, “os mercados e a sociedade é que na verdade determinarão a fase de transição. A discussão prévia sobre as regras de conversão e a postura não intervencionista do governo devem contribuir para que esse período seja breve e a URV possa rapidamente se transformar na moeda nacional”.

A fase final do plano, com a adoção do real como moeda corrente, em 1º de julho, contou com a confiança de *O Globo*, que mais uma vez frisou a distância entre essas medidas e os antigos pacotes econômicos, sobretudo o Plano Cruzado. Também foi ressaltado que o real não possuía qualquer característica de mistificação ou arbitrariedade, e sim contava com a autoria de uma equipe de técnicos experientes e com a aprovação de especialistas estrangeiros. Contudo, a condição essencial para a manutenção da estabilidade econômica residiria ainda “nas grandes reformas modernizadoras que deveriam ter sido feitas na revisão constitucional”.

Para *O Globo*, a autoridade do presidente Itamar Franco fora renovada com o plano, pois este garantia as condições ideais para a realização da maior eleição já realizada no Brasil desde 1950. O país saía naquele momento do “quadro de calamidade pública” deixado pela inflação.

A confirmação do nome de Fernando Henrique Cardoso para concorrer à presidência logo iria torná-lo o principal concorrente de Luís Inácio Lula da Silva, até então o mais bem colocado nas pesquisas de opinião. Daí em diante, o debate entre os dois candidatos foi marcado pela crítica e pela defesa do Plano Real. Fatos marcantes da campanha presidencial de 1994, como a conversa informal entre Rubens Ricupero e o jornalista Carlos Monforte, nos estúdios da Rede Globo de Televisão, captada por antenas parabólicas, quando o ministro da Fazenda afirmou não ter escrúpulos para “faturar” politicamente com o real, e as acusações do deputado petista Chico Vigilante de uso indevido da máquina do governo na campanha de Fernando Henrique, não receberam maior

atenção por parte de *O Globo*, que preferiu se fixar no acompanhamento das pesquisas de opinião, no crescimento da economia e na Operação Rio, desencadeada no fim de 1994, com o fim de combater o contrabando de armas e o tráfico de drogas no estado do Rio.

A falta de segurança que se instalou na cidade do Rio de Janeiro recebeu críticas contundentes de *O Globo* durante todo o ano de 1994. Em fevereiro, uma de suas edições registrava na primeira página: “Zona Sul tem madrugada de Bósnia.” Todo esse caos, segundo o jornal, teria sido provocado durante o segundo mandato do governador Leonel Brizola, cuja administração falhara nos mais diversos campos, evidenciando sua “incompetência” através da “desmoralização da autoridade que chegou ao ponto dramático de exigir uma intervenção branca das Forças Armadas no combate ao crime organizado”.

Em 3 de outubro, *O Globo* anunciava o resultado da pesquisa de boca de urna do Ibope (“FH será presidente”), indicando, assim, a definição da eleição presidencial já no primeiro turno. Em entrevista com o diretor desse instituto, o jornal deixou claro que a expressiva votação alcançada por Fernando Henrique havia se dado em consequência do sucesso do Plano Real, observando, porém, ser esse apenas o “primeiro passo”, entre as muitas reformas necessárias, “no sentido de um país moderno e socialmente justo”.

Ao longo de 1995, *O Globo* apoiou de maneira incondicional o esforço do governo Fernando Henrique Cardoso para realizar as chamadas reformas estruturais, que atingiriam a ordem econômica e social com a flexibilização dos monopólios, a extinção de determinados privilégios contidos em aposentadorias especiais e a reforma administrativa, que acabaria com a estabilidade dos funcionários públicos.

#### DE 1996 A 2008

A partir de março de 1996, *O Globo* começou a publicar uma série de reportagens revelando fatos até então inéditos sobre a chamada guerrilha do Araguaia, na qual militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em oposição ao regime militar iniciado em 1964, enfrentaram o Exército e foram derrotados, no início da década de 1970. *O Globo* divulgou testemunhos de ex-combatentes, laudos técnicos de peritos legistas, arquivos secretos e fichas com anotações feitas por militares, que revelaram as circunstâncias em que foram mortos os guerrilheiros, assim como os locais onde seus corpos foram enterrados. As reportagens se concentraram também na cobertura do comportamento do governo e das

chefias militares diante das novas descobertas, em meio aos processos de indenização às famílias de vítimas da ação repressiva naquele período que se encontravam sob tutela do Estado.

Em seguida, em julho de 1996, *O Globo* voltou a divulgar informações polêmicas sobre o período mais duro da repressão política durante o regime militar. Foi o caso da divulgação do laudo da necropsia do líder guerrilheiro Carlos Lamarca, morto em setembro de 1971 no interior da Bahia. O laudo desmentia a versão oficial segundo a qual teria havido um diálogo entre Lamarca e seu captor, o então major Nílton Cerqueira. Pelo laudo, após levar três tiros no coração, Lamarca não teria condições de travar o diálogo, conforme descrito no relatório oficial sobre o cerco em que morreu, a chamada Operação Pajussara.

O Ministério do Exército reagiu duramente à reabertura do caso Lamarca, após a publicação em *O Globo* do laudo cadavérico que indicava a execução do guerrilheiro. Para os militares, Lamarca morreria em combate, e por isso sua família não teria direito à indenização. O representante da Câmara na Comissão Especial de Desaparecidos Políticos, deputado Nilmário Miranda, do PT de Minas Gerais, deu, porém, parecer favorável à concessão de indenização aos parentes de Lamarca, incluindo em seu relatório o dossiê publicado por *O Globo*.

Ainda em 1996 o jornal divulgou revelações sobre a morte, em 20 de agosto de 1971, de Iara Iavelberg, companheira de Lamarca. Segundo testemunhas ouvidas pelo jornal, Iara teria sido morta a tiros, e não se suicidado, conforme a versão que os órgãos de segurança da ditadura forjaram e que fora aceita até pela própria família da guerrilheira.

Em dezembro de 2004, *O Globo* foi agraciado com o Prêmio Esso de Jornalismo pela série de reportagens "Bastidores do poder – Os homens de bens da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro)", de autoria dos repórteres Angelina Nunes, Alan Gripp, Carla Rocha, Dimmi Amora, Flávio Pessoa, Luiz Ernesto Magalhães e Maiá Menezes, que expôs a variação patrimonial de 70 parlamentares da Alerj entre 1996 e 2001. A premiação criou polêmica entre diretores de redação de outros grandes veículos, como a *Folha* e o *Estado de S. Paulo*, que, antes mesmo do anúncio do vencedor, criticaram os organizadores do prêmio, questionando a representatividade dos jurados e suspeitando de favorecimento às empresas Globo. Também a revista *Veja* contestou a premiação.

Em 2007 *O Globo* foi objeto de ataques do presidente venezuelano Hugo Chávez, em longo

discurso proferido por aquele chefe de Estado ao ser homenageado no dia 19 de janeiro pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro com a medalha Tiradentes. Chávez reagiu à cobertura internacional de *O Globo* sobre sua difícil relação com setores da mídia de seu país.

Em setembro de 2008, veio a público a série de reportagens “Favela S/A”, que dariam a *O Globo* o prêmio do “Every Human Has Rights Media Awards”, concedido às melhores reportagens sobre direitos humanos publicadas em todo o mundo.

### ASPECTOS INTERNOS

Em 1995, *O Globo* passou por uma série de alterações gráficas e editoriais, que culminaram com o “redesenho” do jornal, projetado pelos designers americanos Milton Glaser e Walter Bernard. Entre as mudanças, que tiveram início com a edição de 20 de dezembro, figuraram a criação de um logotipo, uma hierarquia na disposição das notícias e um espaço maior para as fotos na primeira página. Houve também a preocupação de ampliar o espaço editorial do jornal, que passou a ter duas páginas diárias de opinião. Os suplementos e cadernos especiais foram reformulados, procurando-se torná-los mais próximos do formato de revistas. Foi criado um suplemento literário, “Prosa e verso”, com circulação aos sábados. A chefia de redação também sofreu mudanças nesse ano, com a saída de Evandro Carlos de Andrade, que após 20 anos passou ao comando do jornalismo da Rede Globo, sendo substituído por Merval Pereira Filho.

Ao completar 70 anos, *O Globo* entrou definitivamente na era digital, implantando o sistema Hyphen de editoração eletrônica, responsável pelo controle da redação do jornal.

Em 1996 foi lançado o *site Globo Online*.

Em dezembro de 1998 *O Globo* inaugurou seu novo Parque Gráfico, à época o maior da América Latina. Nesse mesmo ano foi lançado novo jornal do Grupo Infoglobo, o *Extra*, voltado para o público das classes B e C. Esse movimento de diversificação foi estendido a São Paulo com o lançamento, em setembro de 2001, do jornal *Diário de São Paulo*, também direcionado para a mesma faixa de mercado do *Extra*.

Em julho de 2005, *O Globo* comemorou seus 80 anos com uma exposição de suas primeiras páginas no Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro. No ano seguinte foi promovida uma renovação do *site Globo Online*, em comemoração dos seus primeiros

dez anos de vida, com mudanças no *layout*, investimento em multimídia, ênfase no chamado jornalismo participativo e criação de uma editoria somente para a publicação de material enviado pelos eleitores. O *site* contava então com mais de 2,5 milhões de usuários cadastrados.

A estratégia de **expansão do grupo** Infoglobo teve prosseguimento em 2007, com o lançamento do jornal *Expresso*, direcionado para as faixas C e D do mercado carioca. Em setembro de 2008, foi lançada pelo *O Globo* a campanha "Muito além do papel de um jornal". O objetivo era ampliar a interação dos internautas com o *Globo Online*, levando os leitores a participar no debate sobre a cidadania, através, inclusive, do envio de material sob a forma de vídeos, fotos, textos, e críticas.

Em seu balanço de 2008, a Infoglobo, que publicava os jornais *O Globo*, *Extra*, *Expresso da Informação* e *Diário de São Paulo*, além coeditar o *Valor Econômico* com o grupo Folha de S. Paulo, divulgou que a receita bruta do grupo fora de 1,027 bilhão de reais e o lucro líquido registrado, de R\$ 172,9 milhões, com crescimento significativo em relação aos números do ano anterior: R\$ 1,006 bilhões de receita bruta e R\$ 92,2 milhões de lucro líquido. Também em 2008, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), *O Globo* era o segundo jornal de maior circulação diária do país, com média de 293 mil exemplares por dia.

Em 2009 *O Globo* também sentiu os efeitos da crise econômica mundial, deflagrada no final do ano anterior, e sofreu uma queda de 8% de circulação no primeiro semestre. Somente no primeiro trimestre o jornal apresentou uma queda significativa em relação ao começo do século XXI, quando a média era de 334 mil exemplares por dia, passando a uma média de 260 mil, resultado só inferior, nos últimos dez anos ao ocorrido em momentos de 2003 (258 mil) e de 2004 (250 mil).

Sérgio Montalvão

FONTES: *Acordo*; *Almanaque Abril* (1995); ARQ. CENTRO DOC. REDE GLOBO; CARONE, E. *Terceira*; CASTELO BRANCO, C. *Introdução*; CONF. NAC. CLASSES PRODUTORAS. *Carta*; CORTÉS, C. *Homens*; COUTINHO, A. *Brasil*; *Diário de Notícias*, Rio (4/9/1956); DREIFUSS, R. *Conquista*; *Encic. Mirador*; ENTREV.

GONÇALVES, M.; ENTREV. MARINHO, R.; ENTREV. PINHEIRO, F.; *Estado de S. Paulo* (12/6/1966); FICHÁRIO PESQ. M. AMORIM; *Folha de Goiás* (24/4/1966); *Globo* (24, 25, 26 e 27/8/1966 e 4/5/1975, 28 e 31/3/1977, 23/8/1979, 1 e 2/5/1981, 13 a 16/11/1982, 21/6/1983, 11, 15, 18, 20, 25 e 26/4 e 7/10/1984, 15 a 17/1 e 23/4/1985, 7/3, 10, 13 e 18/11/1986, 18/11/1987, 22/3, 5 e 6/8, 6 e 7/10/1988, 21 e 27/4, 10/6, 11, 15 e 16/11, 14, 15, 16, 19, 20 e 21/12/1989, 15/1, 16/3, 23/4, 21 e 27/10/1993, 3, 4, 22 e 28/2, 21/4, 1, 3 e 8/7, 2, 3 e 5/10/1994, 2 e 5/1, 15, 16 e 20/12/1995); *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Infoglobo*. Disponível em: <<http://www.infoglobo.com.br>>. Acesso em: 10/10/2009 *Jornalistas*; LATTMAN-WELTMAN, F. *Imprensa*; MACEDO, R. *Efemérides*; *Meio e mensagem*. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br>>. Acesso em: 10/10/2009; *Movimento*, SP (19/7/1976); Portal Imprensa. Disponível em: <<http://portalimprensa.uol.com.br>>. Acesso em: 10/10/2009; *Quem é quem no Brasil*; SILVA, H. 1935; SKIDMORE, T. *Brasil*; TAVARES, J. *Radicalização*; VÍTOR, M. *Cinco*; *Who's who in Brazil*.